



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA**

ARIVALTO SANTOS TELES

**A INVISSIBILIDADE DOS POVOS INDIGENAS CITADINOS: O CASO DE
ALTAMIRA NO ADVENTO DA UHE BELO MONTE**

**ANANINDEUA-PA
2022**

ARIVALTO SANTOS TELES

**A INVISSIBILIDADE DOS POVOS INDIGENAS CIDADINOS: O CASO DE
ALTAMIRA NO ADVENTO DA UHE BELO MONTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História do Campus de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, para obtenção do Grau de Licenciatura em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Sueny Diana Oliveira de Souza

**ANANINDEUA-PA
2022**

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a meus amigos de curso, Antônio Cleiton Gonçalves, Poliane Silva, Edson Alves, Thalia e Rafael Silva.

Agradeço também a UFPA, pela oportunidade de estudar em uma instituição tão conceituada.

Agradeço a minha orientadora a Dr. Sueny Diana Oliveira de Souza pela paciência e ensinamentos, obrigado!

A INVISSIBILIDADE DOS POVOS INDIGENAS CITADINOS: O Caso de Altamira no Advento da UHE Belo Monte

Arivalto Santos Teles
Universidade Federal do Pará,
Faculdade de História,
Ananindeua, PA, Brasil
Ariteles18@gmail.com

RESUMO

Nesse trabalho são discutidos os componentes do drama vivido pelos indígenas citadinos residentes na Cidade de Altamira - PA no processo da construção da UHE Belo Monte. Além do trabalho de revisão bibliográfica foram realizadas entrevistas de campo. O objetivo Geral é analisar de que forma e como a usina hidroelétrica de Belo Monte afetou e atingiu a vida dos indígenas citadinos em Altamira.

Palavras-chaves: Índio Citadino, Altamira, UHE Belo Monte

ABSTRACT

In this work, the components of the drama experienced by the city's indigenous residents in the City of Altamira - PA in the process of construction of the UHE Belo Monte are discussed. In addition to the bibliographic review work, two field interviews were carried out. The general objective is to analyze in what way and how the Belo Monte hydroelectric plant affected and affected the lives of the indigenous people in Altamira.

Key Words: Indian Urban, Altamira, UHE beautiful mountain

INTRODUÇÃO

A ideia de pesquisar sobre este assunto em questão, se deu primeiramente pela minha origem indígena, que mesmo sendo nascido em meio ao perímetro urbano de Altamira, possuo na minha formação cultural um vínculo muito grande com os costumes indígenas e com esses povos.

A cidade de Altamira tem na sua formação tanto territorial como cultural, dentro do próprio perímetro urbano uma ligação histórica com os povos indígenas que lá habitaram e participaram diretamente da formação da população, bem como dos seus costumes (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012).

Sendo de origem indígena da etnia xipaia, e por acompanhar e viver na pele a luta e a obstrução da voz dos afetados, principalmente o indígena que mora na cidade, poucos órgãos se propõem a ouvir a voz destes atingidos, que são chamados de indígenas citadinos pela FUNAI¹ e as associações indígenas.

A última década foi marcante para a região e para a cidade de Altamira, no qual decorreu vários desdobramentos, o principal foi a construção e implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, que trouxe em sua implantação várias políticas públicas de desenvolvimento, compensação e mitigação para a região e cidade, todavia os impactos causados por este grande empreendimento afetaram diretamente a vida dos indígenas citadinos.

Através de todos esses movimentos, nos atentamos para a falta de se ouvir a voz dos atingidos no caso específico os indígenas citadinos, e a invisibilidade desse grupo por parte do governo e das empresas responsáveis por esse megaempreendimento.

Os indígenas presentes no espaço urbano na cidade de Altamira, foram e são impactados diretamente pelo projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte, além de sofrerem com todas as mudanças que ocorreram no cenário urbano da cidade, ainda precisam lutar pelo direito de terem suas vozes ouvidas, ou ao menos, pelo Direito de “fala”, tornou-se uma luta de frente dupla. Se por um lado se luta em busca de políticas públicas de atenuação e contrapartida, por outro lado há também a luta pelo direito de ser reconhecido como indígena e ter a sua

¹ FUNAI - Fundação Nacional do Índio é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro

voz e demandas ouvidas.

Portanto indagam-se, as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional de mitigação e compensação de impactos da UHE Belo monte², em algum momento a empresa responsável pela instalação da hidroelétrica levou em consideração a presença indígena na cidade?

Nesse sentido esta pesquisa, vai ser importante por que busca contribuir, para um melhor entendimento das lutas e conquistas dos povos indígenas na cidade de Altamira, cidade está importante, e que passou por um período de disputas relevantes no campo das políticas públicas. Compreenderemos onde e como as mesmas foram aplicadas, e se de fato os indígenas cidadãos participaram de todo esse processo, ou ao menos se tiveram suas demandas ouvidas e atendidas.

Então, o objetivo Geral desse trabalho, conforme todas as questões apresentadas até aqui, é analisar de que forma e como a Usina Hidroelétrica de Belo Monte afetou e atingiu a vida dos indígenas cidadãos em Altamira.

INVISIBILIDADE DE HOJE? CONTEXTO HISTÓRICO DESSE PROBLEMA

A movimentação das populações indígenas para as cidades configura um assunto atual e pouco pesquisado (SILVA, 2001). Muitas são as circunstâncias para a partida de indígenas para os centros urbanos, essa migração tem se consumado de maneira mais significativa nos últimos anos.

Nessa conjuntura os indígenas procuram o reconhecimento cultural, e isso independe de qual localidade estes estejam residindo, pois, a identidade indígena deve ser preservada, é fundamental que tenhamos uma visão integrada, objetivando a preservação dos costumes indígenas (FACCO et al., 2018).

A realidade que independente onde a comunidade indígena esteja residindo, esse grupo social continua a sofrer com discriminação, perseguições, privações e ameaças. Os indígenas demandam o direito de ir e vir, como todos os outros grupos sociais (FACHINI, 2018).

Com a ampliação do modelo colonialista conduzido por megaempreendimentos ligados à produção de commodities da mineração e

² UHE Belo Monte - Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma usina hidrelétrica brasileira da bacia do Rio Xingu

construções de usinas hidroelétricas a uma tendência que os conflitos territoriais relacionados a áreas indígenas aumentem (BAETA, 2022).

É fundamental o entendimento sobre quais motivos os índios estão em processo de “(re)territorialização” para as cidades. Essa migração pode acontecer de maneira orgânica, ou de forma forçada, grande parte dessas migrações decorrem por violação de direitos humanos dos povos indígenas, estimuladas pela expulsão de suas terras (HAESBAERT, 2017).

Indígenas acabam deixando suas áreas ancestrais e migram para as cidades por fatores como a invasão de suas terras, guerras ou mesmo a busca por melhores oportunidades. Mas, ao chegar nos novos territórios, encontram dificuldade para se assentar e passam a viver em favelas (ABDALA, 2010).

A diversos fatores que podem ser mencionados referente aos motivos que levaram os índios a migrarem para a cidade, no entanto, em países como Canadá e Austrália, a maior parte da comunidade indígena reside nos centros urbanos, mostrando que quando a integração indígena decorre com responsabilidade social e integração da cultura indígena a sua nova morada, esse processo se torna harmônico e integrado (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2022).

Por mais que o Estado brasileiro tenha avançado no reconhecimento da necessidade de construção de políticas sociais diferenciadas para os povos indígenas, a questão do pré-requisito do território é ainda um nó que precisa ser superado (FACCO et al, 2008).

Conforme o portal ONU NEWS, em um encontro das Nações Unidas em 2019, relatou que o mundo tem uma dívida histórica com a comunidade indígena, já que lhe foram causados inúmeros danos territoriais e socioambientais, na mesma reunião foi relatado que a inclusão dos indígenas nas cidades deve ocorrer de maneira plena, dentro de parâmetros que sejam respeitados sua cultura e costumes (MOREIRA, 2018).

A cidade de Altamira que está situada às margens do Rio Xingu é cortada pela rodovia transamazônica é um município impar e singular, isso por que em sua formação e contexto histórico encontramos na cidade uma origem bastante

regional e local, voltada diretamente para o rio e a floresta como modo de vida e sustento (PARENTE, 2016; SIMONI; DAGNINO, 2016).

Por tudo isso a cidade trás no seu seio uma cultura indígena muito forte, mesmo hoje com toda a proporção do perímetro urbano da cidade, os contornos e formas que a cidade alcançou com a construção da UHE Belo monte, ainda percebemos essa forte ligação com a cultura e as tradições indígenas impregnada na maior parte da população (PARENTE, 2016).

Dentro dessa conjuntura encontramos os indígenas em contexto urbano ou como alguns preferem “indígenas citadinos³”, são indígenas que já nasceram dentro do perímetro urbano da cidade ou migraram para a cidade por inúmeros fatores, em Altamira no estado do Pará ocorreu algo bastante específico e peculiar, à cidade foi estabelecida, formada e construída em cima de terras que eram habitadas por algumas etnias que lá migravam e peregrinavam e acabou constituindo morada por diversos fatores que veremos logo mais a seguir, fazendo com que etnias que ali habitavam participassem da formação populacional da cidade (SIMONI e DAGNINO, 2016).

Segundo relato da Sr(a). Irasilda Moraes Pereira Fernandez, presidente da associação indígena juruna tubya, a mesma afirma que índio citadino é aquele que não reside em terras indígenas.

Segundo Simoni e Dagnino (2012), entre 1991 a 2000 a população de indígenas domiciliados nas áreas urbanas cresceu 440% no Brasil. No caso de Altamira – PA, a taxa de crescimento se intensificou entre os anos de 2000 a 2010 o que preconiza uma particularidade própria aos indígenas moradores daquele município.

Antes de falarmos sobre os indígenas citadinos e o caso da invisibilidade desses povos e também toda essa questão dentro do advento da construção da UHE Belo monte, precisamos entender a questão da formação da cidade de Altamira, o que se tem notícia através das documentações, pesquisas e também da História através das memórias. São as histórias de vida dos colonizadores que lá se instalaram e são conhecidos como “desbravadores” daquela região, mais há, porém, outra vertente dessa história contada através de lembranças passada de geração em geração, no decorrer das memórias dos indígenas

³ Indígenas Citadinos – Indígenas que residem nas cidades

anciões e também da memória coletiva (PASCUET e FAVERO, 2010).

A cidade que hoje se ergue suntuosa e majestosa, com uma grande população e bastante diversificada, já foi outrora uma missão da igreja católica da qual faziam o aprisionamento dos indígenas nos centros das matas e desciam para as missões, com a finalidade de catequisar os indígenas, Altamira antes de ser considerada uma vila ou mesmo cidade, foi uma missão composta por indígenas e representantes da igreja, chamada de missão tavaquara, percebemos que a ocupação da cidade de Altamira está diretamente ligada a chegada das missões religiosas na Amazônia, Tavares (2009) afirma:

A área das missões ou território das missões foi dividida entre várias ordenas religiosas: carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas, tendo sido a distribuição territorial das missões entre essas ordens regulamentada pela coroa a fim de evitar conflitos de jurisdição. Assim sendo, os jesuítas ficou com o sul do rio Amazonas até a fronteira com as possessões espanholas, abrangendo os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e madeira.

A missão tavaquara foi fundada no que hoje é a cidade de Altamira, descendo indígenas capturados nas redondezas da região, a saber, as etnias que mais desceram foram o xipaia, curuaia e jurunas, essas por lá se fixaram e estabeleceram residência, é preciso entender que todos esses processos ocorriam no local aonde mais tarde se formaria a sede do município de Altamira, a chegada dos padres da companhia de Jesus aqui na Amazônia especificamente na região do médio e baixo Xingu em 1636, com a implantação de vários centros de aldeamentos (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012).

Em 1750 o padre Alemão Rochus de Hunderfund da companhia de Jesus (jesuítas) chegou até a região do Xingu, formando o aldeamento Tavaquara bem na confluência do rio Xingu com o igarapé panelas, a história dessas etnias xipaia, curuaia e jurunas foram marcadas desde o início, por perdas de territórios, perda de cultura e assimilação forçadas da cultura europeia, esse tipo de aldeamento provocou a perda da língua materna e a imposição de uma língua geral, catequese e trabalho eram o que os indígenas apresados encontravam (CASTRO, 2006).

Vale ressaltar que o processo de ocupação de Altamira não aconteceu

permanentemente de uma só vez, já que a volta Grande do Xingu, barreira natural dificultava o acesso a localidade que hoje é a cidade de Altamira (NIMUENDAJÚ, 1948).

A partir de 1880 até meados de 1970, essencialmente dentro dos dois principais momentos da economia gomífera a população indígena atravessou momento de extrema violência referente a dispersão territorial e desvinculação de sua identidade como índio (SIMONI e DAGNINO, 2016).

Somente a partir de 1988 no contexto dos estudos referente a aplicabilidade hidrelétrica do rio Xingu, que esta população “ressurge”. Os estudos foram focados em pesquisar o quantitativo da população indígena residente na cidade de Altamira – PA.

No final dos anos 90, os próprios indígenas residentes na cidade de Altamira, iniciaram um processo de organização amparado pelo Conselho Indigenista Missionário. Esse seguimento começou em 1998 organizado por Elza Xipayá, posteriormente em 2001 fundada a Aima - Associação de Índios Moradores de Altamira (MAGALHÃES, 2008).

A discussão sobre a temática indígena acentuou-se a partir dos recenseamentos de 1991, 2000 e 2010 que foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que constatou que houve um aumento significativo de indígenas moradores na região de Altamira. A inserção do indígena nos censos demográficos só foi realizada a partir de 1991. (OKAMOTO et al, 2018).

BELO MONTE: UM LEGADO DE VIOLAÇÕES

A existência de indígenas na região de Altamira antecede a chegada dos colonizadores, e missões, a região sempre foi área de perambulação e migrações de indígenas, de diversos grupos, mas de maneira mais expressiva os xipaias, curuaias e jurunas, mesmo com vários desdobramentos e acontecimentos históricos na região, os indígenas sempre estiveram presente, ainda que por muitas das vezes tenham sofrido com o processo de invisibilidade.

Com esse, e vários outros processos ocorridos na cidade de Altamira encontramos na área urbana os chamados, “indígenas citadinos” uma nomenclatura criada para nomear os indígenas residentes na cidade, até pouco

tempo quase não se ouvia falar desse conceito na cidade de Altamira, mas com o advento da UHE Belo monte na região do Xingu, esse conceito entrou em alta, levado à frente na pauta da luta, na verdade sempre existiram os denominados indígenas citadinos espalhados pelos bairros da cidade de Altamira (PATRICIO, 2003).

A saber, em especial no bairro São Sebastião (correspondente hoje em dia ao bairro independente I e independente II) e no já extinto bairro açazal, o que acontecia era que esses povos sofriam com as invisibilidades, eram marginalizados e silenciados, algumas etnias como os xipaias chegaram a desaparecer dos documentos oficiais (SIMONI e DAGNINO, 2016).

No contexto da primeira tentativa de barramento do rio Xingu (1980), que o padre Ângelo Pansa, vinculado ao conselho indigenista missionário (CIMI), elabora um relatório chamando à atenção a situação de violência vivida pelas populações indígenas na região, esse documento é importante por que nele os indígenas residentes em Altamira voltam a aparecer nos dados oficiais (VIEIRA, 2021).

Com o passar dos anos e o com crescimento e a urbanização da cidade, o indígena que ficou residindo no perímetro urbano desapareceu dos documentos oficiais, isso se deve muito ao fato de toda a política de violência e extermínio a qual o indígena foi submetido, esquecidos e largados, os indígenas citadinos passaram por um processo de miscigenação, até mesmo esquecimento ou negação das suas origens, tudo isso para se evitar o tratamento carregado de preconceito e ignorância e exclusão dado aos indígenas.

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) realizado em 2000 apontava para a existência de 734 mil pessoas que se autodeclaravam indígenas, sendo 383,298 morando em cidades, segundo este mesmo censo a população indígena citadina ultrapassou a rural e representa 52,21% dos indígenas no Brasil, em Altamira especificamente por conta dos estudos de levantamento de viabilidade da UHE Belo monte, chamada antes de kararaô isso nos anos de 1988 e também de um estudo de levantamento feito pela professora Marlinda Patrício (2000) foi identificado 67 famílias xipaias e kururais e 211 famílias de etnias variadas.

Figura 1 - – Distribuição das famílias indígenas pelos bairros de Altamira.

BAIRRO	Quantidade em 1988	Quantidade em 1999	Quantidade em 2002	Quantidade em 2009
LIBERDADE	0	0	4	5
MUTIRÃO	0	0	4	22
BOA ESPERANÇA	0	15	30	23
SUDAM	2	0	5	12
BRASÍLIA	6	10	19	35
PREMEM	2	0	0	1
APARECIDA	5	18	32	58
AÇAIZAL	0	8	16	36
RECREIO / CENTRO	5	12	11	21
INDEPENDENTE I e II	12	27	80	91

Fonte: Índios Citadinos de Altamira: lutas, conquistas e dilemas. (PASCUET e FAVERO, 2010, PÁG 210).

Disponível em <http://www.aba.abant.org.br/files/CAP-133169750.pdf>

Em Altamira os indígenas citadinos passaram a compor a classe mais baixa da cidade, convivendo durante muito tempo “entre dois mundos” por não se enquadrar nos moldes ou grupos impostos pela sociedade “branca”, não são, “não indígenas”, mas também não são “indígenas”, sofrendo com algum tipo de perseguição de ambos os grupos, até certo tempo nem mesmo a FUNAI reconhecia os indígenas em contexto urbano (indígenas citadinos) como indígena, mais com o advento da construção da UHE Belo monte em meados de 2010, muitas discussões foram trazidos à tona, e a luta por direitos, identidade e reconhecimento foram levantados como bandeira no movimento indígena citadino, o movimento ganhou corpo e força, com a organização dessa categoria e o surgimento de muitas associações como a AIMA - Associação dos Índios Moradores de Altamira, Tubyá - Associação Indígena Juruna, Inkuri - Associação Indígena Curuaia de Altamira.

Tabela 1 - Associações Indígenas em Altamira

Nome	Presidente	Nº de membros	Etnia
Kirinapãn	Maria	Aproximadamente 90	Xipaia e Curuaia
	Augusta		
	Borges		
	Xipaia		
AIMA (Associação dos Índios Moradores de Altamira)	Luís Gonzaga Xipaia de Carvalho	Aproximadamente 1000	Multiétnica
Tubyá (Associação Indígena Juruna)	Irazilda Moraes Pereira Fernandes (Juruna)	Aproximadamente 70	Juruna
Inkuri (Associação Indígena Curuaia de Altamira)	Claudio Curuaia Cambuí	Não soube dimensionar o quantitativo	Curuaia

Fonte: A Cidade dos invisíveis? Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense (CARDOSO, 2018)
Disponível em <https://shre.ink/cDAD>

A priori, a principal reivindicação das associações indígenas de Altamira era o auto reconhecimento como índio e participação nos direitos políticos de maneira direta, na prática, os indígenas cidadãos queriam que suas vozes fossem escutadas.

Tabela 2 - Principais reivindicações e demandas dos indígenas

Principais reivindicações e demandas	
1	Reconhecimento étnico
2	Reconhecimento da profissão de artesão para assegurar aposentadoria
3	Reconhecer Altamira como território dos povos indígenas do médio Xingu

4	Reconhecimento e respeito pelas autoridades e pela sociedade
5	Projetos para geração de renda
6	Garantir o acesso às universidades
7	Assegurar a participação dos indígenas em políticas públicas
8	Acesso a cursos profissionalizantes para melhores oportunidades no mercado de trabalho
9	Ampliação do quadro de funcionários indígenas da FUNAI
10	Ampliação do atendimento do DSEI ⁴ aos indígenas citadinos
11	Moradia digna com acesso aos serviços públicos como escola, posto de saúde e transporte
12	Comunicação/diálogo com o poder público
13	Garantia de sobrevivência através da pesca

Fonte: A Cidade dos invisíveis? Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense (CARDOSO, 2018)

Disponível em <https://shre.ink/cDAD>

Ao atentarmos para a tabela, é possível constatar que grande parte das reivindicações dependem do bom senso da união. Por outro lado, a maioria das demandas já são direitos conquistados pelos povos indígenas, no entanto, existe pouca aplicabilidade aos índios que habitam nas cidades.

Ao analisarmos os pontos de lutas dos indígenas que moram na cidade, observa-se duas perspectivas: como cidadão indígena, com seus direitos mencionados em textos jurídicos garantidos; como cidadão brasileiro em geral, que são a implementação de serviços públicos, por exemplo, e a seguridades de direitos elencados na Constituinte de 1988, sem exigência de ser específico para povos indígenas (CARDOSO, 2018).

Para representar os mesmos, o que aconteceu é que houve também um aumento dessa categoria exponencialmente, é perceptível isso, quando comparamos os dois últimos censos do IBGE, o número de indígenas citadinos em Altamira chama bastante à atenção.

⁴ DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena

Tabela 3 - Altamira: população total e indígena nos censos de 2000 e 2010

Município de Altamira		2000		2010		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
População Total	77439	62285	15154	99075	84092	14983
População Indígena	1289	125	1165	3711	823	2888
Percentual Indígena	1,66	0,20	7,69	3,75	0,98	19,28

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1920 a 2010 e Simoni e Dagnino (2012)

Disponível em <https://shre.ink/cc5K>

Isso por que, segundo Simone e Dagnino (2012), diferente do que acontecia no resto do Brasil o qual houve uma diminuição da população indígena urbana (cidadinos) no município de Altamira houve um crescimento da população indígenas nesse período.

Tabela 4 - Taxas de crescimento anual (2000-2010) - Município de Altamira

	Total	urbana	rural
População total	2,49	3,05	-0,11
População indígena	11,15	20,74	9,50

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1920 a 2010 e Simoni e Dagnino (2012)

Disponível em <https://shre.ink/cc5K>

Outros estudos que corroboram e fundamentam a pesquisa referente à relação ao crescimento e organização dos povos indígenas cidadãos em Altamira, estão esquematizados logo mais em uma tabela referente a distribuição a participação de indígenas na população total.

TABELA 5 - População total e indígena e participação de indígenas na população total, segundo bairros Cidade de Altamira – 2010

Bairros da cidade de Altamira	População Total	População indígena	Participação de indígenas na população total (%)
Cidade de Altamira	77.193	819	1,06
Bairro Centro	9.746	129	1,32
Bairro Esplanada do Xingu	4.635	58	1,25

Bairro Jardim Uirapuru	2.435	4	0,16
Bairro Jardim Ind. II	3.301	87	2,64
Bairro Brasília	7.186	43	0,60
Bairro Liberdade	2.171	18	0,83
Bairro Boa Esperança	10.933	140	1,28
Bairro Colinas	3.007	8	0,27
Bairro Sudam I	1.553	1	0,06
Bairro Premem	2.198	4	0,18
Bairro Sudam II	2.855	14	0,49
Bairro Jardim Independente	7.725	116	1,50
Bairro Ibiza	1.626	12	0,74
Bairro Bela Vista	3.650	29	0,79
Bairro Mutirão	6.392	33	0,52
Bairro Jardim Altamira	2.878	7	0,24
Bairro Aparecida	2.489	81	2,84
Bairro Alberto Soares	32	-	0,00
Bairro Nova Altamira	2.021	35	1,73

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1920 a 2010 e Simoni e Dagnino (2012)

Disponível em <https://shre.ink/cc5K>

A região de Altamira passou por diversas mudanças desde o início da construção da UHE Belo monte em meados de 2011, obra essa que fez parte do PAC (programa de aceleração do crescimento) e trouxe no seu arcabouço um punhado de políticas públicas e investimento para a cidade, antes mesmo de ser iniciada a construção da obra, vários estudos de impacto foram elaborados, entre eles o (EIA) estudo de impacto ambiental, foi a partir desse documento que se propõem planos, programas sociais, e também projetos de mitigação e compensação dos impactos causados, outro estudo foi a elaboração do RIMA (relatório de impacto ambiental) nele dispõe sobre a necessidade do mesmo para a aprovação do licenciamento ambiental, deixemos claro aqui que os impactos diz respeito não só ao meio físico e biológico, mais uma obra dessa proporção afetara as populações humanas, como é o caso dos indígenas citadinos de Altamira.

Todo processo de remoção compulsória da cidade afetou as populações indígenas que habitavam nas áreas que foram removidas. Não foi feito um processo, de fato, de identificação em assentamento devido a essas populações. Então, a luta do Pedral surgiu em decorrência disso, de se ter um reassentamento na beira do rio e que essas populações pudessem manter a relação de tradicionalidade com o rio. Os impactos das remoções são diversos. Os reassentamentos são longe, a maioria dessas pessoas

não tem condições adequadas de locomoção pro centro da cidade, tudo ficou mais caro. Então, grande parte dos indígenas que também pescam, são pescadores, tiveram uma dificuldade muito grande de acessar o rio e de conseguir comercializar o pescado. Toda a mudança nas redes de vizinhança, de 184 moradia foi interrompida e quebrada durante o processo de remoção. Então, acho que o maior impacto de todos foi a intervenção Urbana com os reassentamentos. Você tem 5 reassentamento urbanos coletivos que não oferecem, de fato, uma recomposição do modo de vida que essas pessoas tinham quando elas moravam na beira do rio, próximo, assim, da cidade (Advogada do Programa Xingu do ISA, 29 anos, agosto de 2017) (CARDOSO, 2018).

Quando falamos de Altamira em relação às especificidades e a toda a variação do espaço urbano, como cidade pluriétnica com a presença dos indígenas citadinos de várias etnias, não encontramos nenhum projeto voltado para esses povos, embora se observe tanto no EIA como no RIMA, que os mesmos aparecem como impactados, porém não foi encontrado tipo algum de política pública, que abrange os indígenas citadinos ou que traga algum tipo de benefício e qualidade de vida para esta população.

Portanto a invisibilidade do “indígena citadino” foi uma construção histórica, esse problema claro só se acentuou mais com o advento da UHE Belo monte, invisibilizados pela FUNAI que é o órgão competente, invisibilizados pelo governo, e também pela empresa responsável por belo monte, a saber, a NORTE ENERGIA.

Para o poder público, indígena é o que mora na aldeia, fora de aldeia não é mais indígena, é como se perdesse os direitos, são invisíveis, a demanda para os que estão em aldeia já é difícil e árdua, muito mais para os indígenas que estão fora, morando em cidades.

Neste processo de estabelecimento do índio citadino em Altamira, ocorre o surgimento das associações indígenas. Estas, com o apoio de organizações dos direitos civis e associações da sociedade civil organizada, chamam para uma demanda pelo reconhecimento étnico desta nova categoria indígena e põem a prova o compromisso por um novo perfil de política de atendimento da Funai local (PASCUET e FAVERO, 2010).

Devido a construção da UHE Belo monte, muitos indígenas foram obrigados e abandonar suas aldeias ou povoados, e mesmo na cidade, muitos indígenas não conseguiram adaptação a vida urbana. Apesar da Norte Energia ter construído novas moradias, que eram denominados como (RUCs), a perda de identidade cultural foi gritante (CARDOSO, 2018).

O PBA (Plano Básico Ambiental) foi um projeto implantado que teve como objetivo realocação e reassentamento dos índios que residem na cidade de Altamira. Na prática esse projeto pouco ajudou os indígenas citadinos, Irasilda Moraes Pereira Fernandez presidente da associação indígena juruna tubya enuncia que “o indígena citadino tem uma luta a mais que os indígenas aldeados, os aldeados só lutam para fazer valer as políticas públicas, o indígena citadino luta por identificação e por políticas públicas”.

Um dos pontos mais colocados pela população indígena citadina residente nos RUCs foi a falta de auxílio aos e a não execução das diversas promessas realizadas pela Norte Energia, principalmente na parte da realocação urbana. Conforme relato do indígena Kaiapó, 56 anos, em entrevista realizada em setembro de 2017, a Norte Energia descumpriu inúmeras promessas que foram feitas.

[...] Eu não tenho assim direito a nada, né, até porque quando a Norte Energia fez as pesquisas, conversaram com a gente e tal, eles prometiam assim tanta coisa pra gente, de todo tipo de assistência dizia que a gente ia ter e não é verdade [...]. Que nós ia ter direito a barco a motor pra nós trabalhar, os indígenas, né? Cesta básica e etc, um monte de coisa. Isso não aconteceu. Eu nunca recebi uma cesta básica. [Mudanças com a chegada da NESAs] quando as firma tava aqui mudou porque tinha emprego, tinha trabalho. Depois que as firmas saiu, mudou porque só tem morte, a mortandade tá grande. Não tem emprego e o povo começa atacar, roubar, assaltar (CARDOSO, 2018).

Em síntese, a partir do exposto constata-se que a política de atenuação e mitigação na vida dos indígenas citadinos trata-se de uma grande invenção, ocasionando inúmeros processo no MPF – Ministério Público Federal contra a Norte Energia

Conforme relata Luiz presidente da AIMA (Associação dos Índios Moradores de Altamira) umas das principais promessas feita pela Norte Energia após a instalação da UHE Belo Monte, era a ampliação do mercado de trabalho para os índios citadinos, todavia, esse processo não decorreu de maneira linear como prometido, muitos indígenas mesmo após formados não conseguiram vaga no mercado de trabalho.

A mobilização das associações vai muito além da assistência aos indígenas citadinos, essa organização política democrática, tem múltiplas funcionalidades de atuação como: divulgação da identidade indígena para a sociedade e atividades culturais.

A atuação das associações buscavam garantir o direito do índio citadino as políticas públicas, entre as diversas mobilizações e reuniões que foram realizadas, foram propostos inúmeros programas como exemplo: Programa de realocação das famílias que vivem em áreas requeridas para o Empreendimento, Programa de qualificação da população indígena, Programa de contratação da mão-de-obra indígena, Programa de rearticulação do transporte por via fluvial, Plano de Fortalecimento Institucional da População Indígena de Altamira e da região da Volta Grande, Programa de Atenção à Saúde dos Índios Citadinos de Altamira e Moradores na Volta Grande do Xingu, Programas para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias indígenas moradoras de Altamira e da Volta Grande do Xingu, Programas de segurança social para as famílias indígenas moradoras em Altamira e na Volta Grande do Xingu (CARDOSO, 2018).

Na prática a mobilização e atuação das associações dos indígenas citadinos se mostra elementar para que sejam respeitados seus direitos, pois através dessas organizações que são articuladas as reuniões objetivando melhor atendimento dessa população perante a união. Apesar de grande contribuição das associações, falta maior quantidade de associados, em vista pela quantidade de índios citadinos que residem em Altamira e região do Xingu, a mobilização tem que decorrer de maneira mais forte, é importantíssimo que haja uma intercomunicação entre as associações, desta forma fortalecendo a luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instalação da UHE Belo Monte trouxe diversas reflexões acerca do quanto esse empreendimento iria afetar a sociedade de Altamira e região. Devido seu altíssimo investimento financeiro e com tantas incertezas do ponto de vista social, econômico e ambiental, até que ponto esse projeto seria benéfico para a sociedade da região do Xingu?

Os impasses inerentes as violências, às condicionantes socioambientais estão rodeados na persistência de falhas históricas do padrão de desenvolvimento pautado em grandes empreendimentos hidroelétricos, grande parte do processo de deliberação despreza a maior parte dos indígenas citadinos no processo de participação dos caminhos a serem estipulados para a ordenação da UHE Belo Monte.

A promessa de valorização cultural e visibilidade dos índios citadinos se mostrou vaga e descoordenada pela Norte Energia e União, em diversas ocasiões os índios citadinos não tiveram o devido reconhecimento que os índios aldeados, infelizmente ainda existe uma desvalorização referente ao reconhecimento dos índios citadinos.

A experiência na prática de Belo Monte é de ocorrência grave, já que posicionamentos e engajamentos dos indígenas citadinos não foram respeitados, na prática houve um legado de violações onde a grande maioria das promessas não foram atendidas, e pelo visto nunca serão.

REFERENCIAS

ABDALA, Victor Número de indígenas vivendo em cidades é cada vez maior. Notícias FUNAI. 24 de março de 2010. Disponível: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2072-numero-de-indigenas-vivendo-em-cidades-e-cada-vez-maior-no-brasil> Acesso: 02 de dez de 2022.

ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ALENICE BAETA. EcoDebate. Indígenas nas Cidades: memórias 'esquecidas' e direitos violados. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/04/27/indigenas-nas-cidades-memorias-esquecidas-e-direitos-violados/#sdfootnote1sym>. Acesso em: 7 dez. 2022.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. "No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é". ISA, Internet: Instituto Socioambiental, ano 2006, Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 5 fev. 2023.

CARDOSO, Suelen M. A CIDADE DOS INVISÍVEIS? Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. CPI-SP. ÍNDIOS NA CIDADE. CPI-SP, Disponível em: <https://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/terras-indigenas/indios-na-cidade/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

DESLAURIERS, j.-P. Recherche qualitative- Guide pratique. Montreal: McGraw-Hill. 1991.

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL. Equipe V. Índios moradores da cidade de Altamira e da Volta Grande do Xingu. Brasília: ago. 2009. Disponível em: <<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/EIA/Volume%2035%20-%20Estudos%20Etnoecol%3gicos/TOMO%207/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FACCO, J. et al. O índio, a aldeia e o urbano na formação socioespacial de Chapecó. Cadernos do CEOM, n.29, Ano 21, Chapecó, 2008.

FACHINI, Mariana W. Kakané Porã: um documentário sobre a primeira aldeia urbana do sul do Brasil (Monografia no Dep. Comunicação Social). UFPR, Curitiba, 2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade. Geographia. Ano IX, n. 17, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. X recenseamento geral do Brasil – 1990: Censo demográfico: CD 1.09 – Manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. Censo Demográfico 2000: microdados da amostra. Rio de Janeiro, nov. 2002.

_____. Censo Demográfico 2010: sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011a.

_____. Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo agregados por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011b.

_____. Censo Demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Número 7 – Pará. Rio de Janeiro, 1994.

_____. Censo Demográfico 2010: malhas digitais dos setores censitários. Rio de Janeiro, 2011c.

_____. Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2012a.

_____. Censo Demográfico 2010: microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2012b.

_____. Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes. Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú, 1944. Rio de Janeiro, 1981.

_____. Tendências demográficas. Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível: <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>.

_____. População estimada de Altamira em 2018. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>>.

MAGALHÃES, A. C. Identidade e reconhecimento étnico: índios citadinos em Altamira. Belém: Instituto Humanitas, Coleção Índios, 2008.

MAGALHÃES, S.; HERNANDEZ, F. Painel de especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

MALCHER, J. M. G. Índios: grau de integração na comunidade nacional, grupo linguístico, localização. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1964.

MOREIRA, Gilvander L. Ocupação/Retomada dos Indígenas Pataxó, Puri, Carajás e Pataxó Hãhãhãe em São Joaquim de Bicas, MG. Comissão Pastoral da Terra-CPT/MG, 3 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.cptmg.org.br/portal/ocupacao-retomada-dos-indigenas-pataxo-puri-carajas-e-pataxo-hahahae-em-sao-joaquim-de-bicas-mg-e-campanha-de-apoio/> Acesso: 3 de dez de 2022.

NASCIMENTO, S. M. Usina hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos. Belém, 2011, 378p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

_____. Violência e Estado de Exceção na Amazônia Brasileira: um estudo sobre a implantação da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu (PA). Belém, 2017, 374p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém

NIMUENDAJÚ, C. Tribes of the lower and middle Xingu river. In: STEWARD, J. H. (Ed.). Handbook of South American Indians. Washington: Smithsonian Institute, 1948. v. 3.

OKAMOTO, L. et al. Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira. In: SIMÕES, A. et al. (Orgs). Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica). [s.p].

PASCUET, Mayra; FAVERO, Mariana. Índios Citadinos de Altamira: lutas, conquistas e dilemas. ABA - Associação Brasileira de Antropologia, Altamira – PA, 2010. Disponível em <http://www.aba.abant.org.br/files/CAP-133169750.pdf>
Acesso em 15/02/2023

PARENTE, F. de A. CULTURAS SILENCIADAS NA AMAZÔNIA: A LEI N° 11.645/2008 E A TEMÁTICA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA . Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 31, n. jan/dez, p. 1-23, 2022. DOI: 10.29286/rep.v31ijan/dez.14213. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/14213>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PATRÍCIO, Marlinda. Índios de Verdade: O caso dos Xipaia e Curuaia em Altamira-Pará. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)– Departamento de Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2000.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.2012.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. Métodos de pesquisa das relações sociais. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, Raimundo Nonato. O Universo social dos indígenas no espaço urbano: identidade étnica na cidade de Manaus. 2001. 113 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SIMONI, A; DAGNINO R. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. Revista Brasileira de Estudos de População. n. 33, v.2, 2016.

TAVARES, M. G. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. Revista ACTA Geográfica, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boguea; UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. ALTAMIRA E SUA HISTÓRIA. 4ª Edição ed. Altamira - PA: Ponto Press LTDA, 2017.

VIEIRA, MARTHA LUIZA COSTA. "OS DONOS DO RIO ESTÃO SEM RIO": os Xipaya versus UHE Belo Monte – Altamira/PA.. Orientador: professora Dra. Leila Mourão Miranda. 2021. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém - PA, 2021.